

LABORATÓRIO PARA UMA REPÚBLICA RACISTA: BAHIA NO PÓS-ABOLIÇÃO

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; e ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *De que lado você samba? raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora Unicamp, 2021. (coleção Históri@ Ilustrada). e-book, 791 p.

Os historiadores da escravidão no Brasil têm feito milagres com os documentos dos períodos colonial e imperial para escrever uma valiosa história dos escravizados. Está menos estabelecida, contudo, a questão sobre o que aconteceu com esses mesmos indivíduos com o advento da abolição e, especialmente, com o advento da República. E a natureza ambígua da Primeira República no Brasil — imposta por um golpe militar contra uma monarquia que presidira a abolição — torna a realidade dessa transição política ainda mais ambivalente. De que maneira os ideais republicanos abriram espaço para garantir direitos e autonomia aos negros, e de que maneira os mesmos ideais foram usados para impor a

continuidade e o controle? Gabriela dos Reis Sampaio e Wlamyra Ribeiro de Albuquerque examinam ambos os lados desse debate para concluir que os primeiros anos da era republicana trouxeram tanto novos espaços como novos controles para a população negra; mas a análise elegante das autoras imprime uma ênfase decisiva no último aspecto e expõe as atitudes repressivas das elites republicanas para manter suas posições no topo das hierarquias racial e política. Conforme elas escrevem com eloquência,

o Brasil abraçava finalmente os ideais republicanos, mas a seu próprio modo: criando razões científicas, estabelecendo mecanismos sociais e políticos para limitar a cidadania da maioria negra. O grupo letrado

e positivista que chegava ao poder, longe de buscar mudanças estruturais na configuração excludente e paternalista do país, abraçava o racismo e formulava uma justificativa científica para a inferioridade da maioria da população (pp. 394-395).

Apesar de mascarada por ideais de progresso e modernidade, a Primeira República representou, no final, “o atraso e a violência de sempre” (pp. 413-414). Ao longo do livro, as autoras revelam uma República vazia de quaisquer garantias republicanas de liberdade ou igualdade, e moldada, pelo contrário, por um esforço generalizado para manter o *status quo* através de novas ideologias de racismo.

Sampaio e Albuquerque fazem da Bahia uma excelente vitrine para todas as contradições da jovem república do Brasil. Embora o brilho econômico de Salvador já tivesse esmaecido na época da Abolição, a cidade permanecia como um dos mais importantes centros urbanos negros nas Américas, e os engenhos de açúcar do Recôncavo continuavam a promover produção e repressão em igual magnitude. Dada a maioria negra, o esforço da elite majoritariamente branca para

manter seu controle após a escravidão tinha que ser tanto criativo como repressivo. O foco do livro é como esse esforço se materializou em Salvador nos primeiros anos após a Abolição, mas as historiadoras veem implicações de longo prazo para as estruturas de opressão racial estabelecidas e enraizadas nessa época. Como elas escrevem:

O Império e a escravidão passaram; o racismo tomou novas formas e ficou. O extermínio da população negra pobre e periférica, especialmente dos jovens, uma prática cotidiana da polícia militar e dos governos que reinventam maneiras autoritárias e violentas de conduzir a nação, é a herança perversa desse período. Ela se reatualiza diuturnamente pelo racismo estrutural da sociedade mais fascista, bruta e orgulhosamente ignorante que a América Latina tem conhecimento no século XXI (p. 637).

As autoras argumentam que, para entender a perversa violência racial de hoje, devemos retornar ao momento em que a liberdade negra foi primeiramente negociada e entender os termos de poder que as elites buscaram ditar em seu favor, no que foram largamente bem-sucedidas. Escrevendo

em meio às brutalidades raciais da era Bolsonaro, Sampaio e Albuquerque desafiam qualquer ideia fácil de progresso linear e destroem, definitivamente, qualquer noção de que o racismo brasileiro tem sido menos devastador do que outras formas de racismo que circulam nas Américas.

As autoras localizam sua história fascinante na Bahia, onde ambas se estabeleceram como historiadoras insígnies nesse campo de pesquisa, e focam no período entre 1888 e 1905. Elas fizeram acompanhar seu texto de vívidos cliques musicais e documentos visuais para trazer de volta a Salvador da virada do século. Parte da coleção *Históri@ Ilustrada*, da Editora da Unicamp, o livro, disponível apenas no formato digital de *e-book*, contém vibrantes camadas de sons e imagens superpostas ao texto escrito. Com uma edição sofisticada e consistente, o/a leitor/a é capaz de acessar *links* para músicas e imagens de alta qualidade escolhidas pelas autoras para acompanhar a análise dos primeiros anos da República na Bahia.

O primeiro capítulo começa com um tema familiar: o carnaval como espaço de disputa cultural. Antes mesmo da Abolição,

abolicionistas de elite haviam se voltado para celebrações do carnaval visando mobilizar e celebrar a causa. Embora uma pequena minoria da aristocracia do campo resistisse a tais manifestações populares e lamentasse a desordem que delas poderiam resultar, a elite abolicionista em geral acreditava que a continuidade no poder residia em lealdades e alianças com as classes populares. Desse modo as autoras preparam a cena para uma negociação que rapidamente rui. Para abolicionistas baianos como Luís Anselmo, ele próprio mulato, essas alianças eram ilusórias desde o início, pois ele acreditava que os libertos e os cidadãos afrodescendentes como um todo sempre se voltariam contra o escravizado. Contudo, as autoras se esforçam para demonstrar que tais alianças eram de fato importantes e que o movimento abolicionista baiano contava com importantes personagens negros.

Entre os protagonistas mais centrais da liderança negra estavam figuras como Manuel Querino, Ismael Ribeiro dos Santos e Domingos Francisco da Silva. Cada um desses homens tinha uma visão ampla do potencial dos negros no pós-Abolição

e trabalharam laboriosamente no interior do movimento abolicionista. Porém, apesar de suas biografias serem traçadas brevemente, não percebemos um engajamento aprofundado com relação a seus escritos e ideologias. Em vez disso, o capítulo busca discutir a importância que eles davam às celebrações do Dois de Julho e do Treze de Maio, tanto os setores de elite como populares, indicando uma vez mais que os dois setores concordavam com alguns dos símbolos políticos fundamentais da época. As pesquisadoras propõem que, no período que antecede a Abolição, podemos observar alguns fundamentos básicos de coexistência e respeito entre abolicionistas de elite e a população negra e pobre de Salvador.

O capítulo 2 se volta para a luta pelo controle das ruas. A primeira seção trata de como as vendedeiras e a socialização negras no espaço público começaram a ser vistas como ameaçadoras por uma polícia interessada em retirar das ruas qualquer presença negra. As autoridades policiais e políticas incrementaram esforços para registrar os trabalhadores e controlar o trabalho nos anos imediatos à Abolição, e armaram o palco para uma demarcação mais acirrada dos

espaços urbanos tipicamente negros, como as docas e as zonas comerciais. Apesar do melhor empenho da polícia e da elite, contudo, “na dinâmica do dia a dia, a população negra continuou a se apropriar do espaço à sua moda” (p. 136). Parece que as ruas de Salvador, afinal, não podiam ser controladas tão facilmente.

A próxima seção deste capítulo examina em detalhes a trajetória de uma disputa política particularmente importante, que ocorreu nas imediações do Terreiro de Jesus alguns meses antes da Abolição, um episódio também narrado no livro de Wlamyra Albuquerque, *O jogo da dissimulação*.¹ Aqui temos a visita do líder republicano Silva Jardim, que chegou em Salvador nos calcanhares do Conde D’Eu, adepto da monarquia e membro da família real. Quando irrompeu o conflito entre jovens apoiadores republicanos e a Guarda Negra, a manifestação ficou violenta,

1 Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo de dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia de Letras, 2009, pp. 142-163; e tema também tratado mais recentemente por Hendrik Kraay, “Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista”, *Varia Historia*, v. 35, n. 67 (2019) .

sendo os republicanos perseguidos pelas ruas por homens negros que os questionavam, corretamente, sobre o compromisso do partido republicano com a inclusão deles no seu projeto.² As autoras narram, com muita arte, a ironia de os republicanos terem buscado abrigo nas casas e oficinas de artesãos negros pobres, para mais tarde retratarem seus protetores de maneira racializada e até animalesca. Na sequência das escaramuças, uma divisão racializada se desenvolveu. Conforme as autoras, “ficava evidente que o pacto firmado entre a ‘mocidade acadêmica’ e os populares durante a campanha abolicionista não se prolongaria no pós-Abolição. Em poucos meses, o xadrez da política estava sendo redesenhado em preto e branco” (p. 168). Esse conflito, portanto, provou ser definidor para que a elite baiana associasse os negros a barbárie, violência e tendências monárquicas retrógradas. A tênue aliança entre as elites e os setores

2 A Guarda Negra era um grupo político formado por libertos no Rio de Janeiro, liderados pelo abolicionista José do Patrocínio. A defesa da Princesa Isabel e da monarquia era uma pauta importante abraçada pelo grupo, do qual faziam parte muitos capoeiristas.

populares, forjada no movimento abolicionista, tinha descambado para um divisor racial que colocava os dois lados um contra o outro.

Esse episódio e sua leitura rente e criativa pelas historiadoras ilustram bem as tensões dos primeiros momentos da transição para a República. Contudo, nele também nos defrontamos com um problema central para a historiografia baiana sobre aquela época: a falta de fontes sobre a visão de política e de sociedade da sua maioria negra.

Sampaio e Albuquerque fazem um excelente trabalho de mostrar por que a população negra da Bahia teria razões para duvidar das conversas sobre igualdade dos republicanos. Na verdade, como as autoras acentuam, muitos deles eram antigos senhores de engenho desiludidos com a monarquia por não conceder qualquer indenização pela perda repentina de seus escravos. Contudo, não temos como saber, no final, se a maioria da população negra era de fato simpática à monarquia. Sabemos que a Guarda Negra atacou Silva Jardim e os republicanos, mas, infelizmente, sem que houvesse uma imprensa negra e sem a ampla alfabetização

entre os negros, suas visões políticas a respeito da cidade como um todo permanecem desfocadas. As autoras se esmeraram na leitura do evento em si, e são convincentes em seu argumento de que significou um divisor de águas para a vontade da elite de aliciar as classes populares. Mas não fica claro se largos setores destas, e os negros no seu conjunto, apoiaram de verdade a monarquia e suas infrutíferas tentativas para se manter no poder.

O capítulo 3 retorna a esse conflito como um divisor de águas para a elite baiana. Como revelam as autoras, notícias da imprensa oficial tiveram algum papel em delinear os termos do conflito, descartando os protestos como vandalismo despolitizado. Uma das maiores forças, tanto deste como do capítulo anterior, é revelar as ambiguidades do movimento republicano no Brasil, e na Bahia e em particular. Num momento em que antigos escravocratas estavam entre os principais apoiadores do republicanismo, e fundadores de sociedades abolicionistas (tal como Almeida Couto, cuja trajetória é traçada no livro) se tornaram apoiadores do monarca, as clivagens estavam

longe de serem claras. A imagem de Silva Campos e outros republicanos tapando com os dedos seus narizes enquanto se abrigavam nas casas e oficinas da classe trabalhadora negra serve para ilustrar, de maneira vívida, os limites racializados desses republicanos naquele momento.

No interior dessas lealdades mutantes, um novo grupo se ergueu para ocupar uma ala dos republicanos: médicos formados na Faculdade de Medicina da própria Bahia, localizada no Terreiro de Jesus. De fato, a maioria dos primeiros governadores republicanos eram médicos. Esses doutores se viam como as autoridades mais capazes e dignas para impor a modernidade. A compreensão que tinham de modernidade, porém, se alicerçava no racismo. Conforme as autoras,

em hipótese alguma incluíram em seus manifestos e programas a bandeira da igualdade racial. Para justificar suas restrições aos direitos e à participação política da gente que espalhava sua cor e suas atitudes pelo Terreiro de Jesus, esses acadêmicos, enquanto sonhavam com o alvorecer republicano, formulavam e traduziam em sua prática os pressupostos do racismo científico. Eram liberais que haviam defendido o fim da

escravidão, apostando na hierarquia entre as raças como critério de limitação do exercício da cidadania (p. 269).

Os doutores eram dependentes de uma compreensão racista de Salvador e buscaram instaurar uma ordem política que se encaixasse em suas visões racistas.

O capítulo 4 mostra que as maravilhas modernas, como o bonde, foram usadas pelos devotos do candomblé para suas visitas a terreiros distantes, subvertendo as intenções dos planejadores da cidade. E a controvérsia irromperia de novo no reino do carnaval, onde, na organização do primeiro evento após a Abolição, as elites tentaram celebrar ideais colonizadores europeus. O capítulo então empreende uma análise da lógica racista de Nina Rodrigues, o médico-antropólogo, e em seguida contrasta seu trabalho com o de Juliano Moreira, médico e colega de Nina. Ao contrário deste último, Moreira desenvolveu pesquisas sobre desordens mentais que enfatizavam explicações ambientais e sociais ao invés de raciais. A análise de Moreira é muito bem-vinda, mas o tratamento dado a Nina Rodrigues segue,

em geral, as conclusões de Mariza Corrêa.³ Enquanto o racismo de Nina Rodrigues é bem demonstrado, sua lógica intrincada podia ser mais explorada no livro. Frisar que Nina criou um sistema classificatório para mestiços ordenados em “superiores” e “degenerados” (p. 406), por exemplo, abre uma janela para o que é, numa comparação atlântica, peculiar ao racismo na Bahia, e as ambiguidades e complexidades do pensamento do médico podiam ter sido investigadas mais a fundo.

Os capítulos 4 e 5 se desenvolvem em torno das tensões em redor do crescente empuxo pela modernidade na cidade. Esses capítulos cobrem uma variedade de temas, entre os quais a relação entre Nina Rodrigues e a comunidade dos terreiros de candomblé. O capítulo 6 conta a história de visões concorrentes sobre modernidade e mudança, e como a elite via as práticas religiosas das classes subalternas com desdém e as reprimia. Num exemplo vívido, a cidade respondeu de um modo

3 Mariza Corrêa, *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, 2ª ed. rev., Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

bem diferente à ameaça da epidemia do cólera de 1893. Uma entidade do candomblé que se autodenominava “Santo Gonocô” aconselhava que prevenir a contaminação da terrível peste fazia parte de suas funções: as pessoas apenas precisavam levar uma vela à igreja de Santo Antônio da Barra. Historicamente, a igreja abrigava a Irmandade de São José, composta por traficantes de escravos que dependiam da proteção do santo para fazerem com segurança a travessia do Atlântico, e continuou sendo uma devoção favorita da elite que dominava o bairro da Barra. A ideia de que uma divindade Africana tomasse o controle das funções protetoras de um santo católico que por longo tempo protegera os traficantes negreiros era inaceitável e prejudicial para as elites baianas. As autoridades eclesiásticas também se juntaram ao coro, alegando que a peregrinação religiosa dos negros era ofensiva. Tensões parecidas emergiram em torno da lavagem da igreja do Bonfim. Em meio à polêmica, Nina Rodrigues teve a audácia de dizer que a população de Salvador estava longe de ser monoteísta ou católica, uma opinião vista como

profundamente embaraçosa para a alta hierarquia social e eclesiástica. De algum modo, apesar do desprezo em relação a eles, naquele ano os grupos de carnaval como a Embaixada Africana resistiram àquele enquadramento e, em vez disso, trouxeram para as ruas o orgulho africano e os temas africanos para suas festividades.

O epílogo do livro conta a história da macabra exumação do cadáver de Antônio Conselheiro, o líder de Canudos, sua cabeça sendo colocada sob os cuidados de Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia. Após Canudos, a cidade de Salvador testemunhou uma crescente repressão aos grupos inspirados na África, com os repressores usando a linguagem racializada de Nina Rodrigues. A República e seus ideais de exclusão racializada haviam cobrado um alto preço daqueles que não faziam parte da elite, especialmente a maioria negra de Salvador.

Como deve ter ficado claro, este livro tem muito a oferecer. Minha principal ressalva seria o tratamento dado a canções e imagens como fontes históricas. Faço essa crítica com alguma relutância, porque as fontes são em si impressionantes.

Na verdade, este livro foi lindamente editado e a qualidade tanto sonora como imagética é impressionante. A reunião da grande quantidade de fontes foi sem dúvida uma tarefa árdua e demorada que deve ser aplaudida. Infelizmente, contudo, o livro não deu às fontes as legendas explicativas essenciais para seu uso. Muitas legendas não incluem nem a data do trabalho e seu autor/a. Isso dá a impressão de que as fontes foram tratadas como acessórios para a análise mais do que objetos de análise elas mesmas. A ausência de “etiquetas” é frustrante para uma coleção focada em tratar o visual seriamente.

No mesmo sentido, enquanto as autoras foram criativas e abrangentes na seleção das fontes visuais e sonoras, algumas das conexões parecem muito alargadas e deixa o/a leitor/a confuso/a quanto ao período e o local exatos. Por exemplo, a descrição do carnaval de 1888 é acompanhada por uma música de outro grupo musical de 1957! (p. 68). Devido a que a identificação do áudio só pode ser encontrada nos créditos no final do volume, e não quando aparece no próprio texto, um leitor desavisado pensará que está ouvindo

uma gravação bem mais antiga. Além disso, um historiador da música poderia perguntar até que ponto, mesmo gêneros musicais “tradicionalistas”, se mantêm com o passar do tempo, e desejaria ver mais contexto para a escolha de uma música de 1957 no texto. Ademais, há muitos casos em que a imagem escolhida não serve bem como ilustração para o argumento. Os postais de Christiano Júnior, por exemplo, são usados como representativos da identidade baiana que circulava pelo Atlântico no período estudado, apesar de ele ter fotografado no Rio de Janeiro (pp. 21-22). Embora o livro não reivindique ser um trabalho de história da arte ou da música, a falta de atenção dada ao contexto histórico desse tipo de fontes é lamentável num trabalho que busca celebrá-las. Dado o incrível talento dessas historiadoras, seria maravilhoso ver o que elas poderiam extrair daquelas fontes se as tivessem tratado mais diretamente.

Apesar dessas ressalvas, no final este é um livro muito bem sucedido quanto a seu objetivo central: demonstrar os limites do projeto republicano e do ideário racista que o sustentava. O volume deve atrair uma

vasta gama de leitores, tanto entre profissionais de História quanto entre leigos. A frutífera colaboração das autoras resultou numa obra extremamente atrativa de história cultural, escrita ademais de uma

maneira envolvente. Enfim, como as autoras concluem elas mesmas: “A Bahia, com certeza, foi o melhor laboratório para observar e discutir os dilemas raciais da nova República em formação” (p. 394).

Anadelia Romo  

Texas State University

Traduzido por João José Reis

doi: 10.9771/aa.v0i65.48608

